



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4883

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado ou não tramitado

**Autoria:** Eurípedes Xavier Souto

**Data:** 07/01/1997

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/1997. (NÃO VOTADO). Institui o processo de eleição direta para a diretoria das escolas da rede municipal de ensino do município de Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 26

**Posição:** 23

**Número de folhas:** 23

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado; não votado  
L: 26  
ordem: 23  
nº fls: 16



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

AUTOR: Vereador Lipa Xavier

**ASSUNTO:**

Institui o processo de eleição direta para a diretoria  
das escolas da rede municipal de ensino .

**MOVIMENTO**

- 1 Recebido em 07.01.97
- 2 1ª Com. de Leg. e Justiça em 07.01.97
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

Institui o processo de eleição direta para a diretoria das escolas públicas municipais.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o processo de eleição direta para os cargos de Diretor e Vice-Diretor das escolas públicas municipais de Montes Claros.

Artigo 2º - O processo de votação será direto e universal, sendo eleitores aptos a votar:

- I - Os professores e demais servidores lotados no estabelecimento de ensino;
- II - Os alunos maiores de 14 anos;
- III - Os pais de alunos menores de 14 anos.

Artigo 3º - O mandato dos diretores e vice-diretores eleitos será de dois (02) anos, permitida a recondução para mais um período.

Artigo 4º - Os diretores e vice-diretores eleitos serão empossados pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de um (01) mês após a realização do processo de escolha.

Artigo 5º - A votação para escolha do diretor e vice-diretor de cada estabelecimento de ensino ocorrerá sempre até o oitavo mês do ano letivo.

Artigo 6º - Poderão se candidatar aos cargos de que trata o artigo anterior, os servidores com diploma de curso superior em nível de graduação e que já tenham prestado, no mínimo, dois (02) anos de serviços ao estabelecimento onde pretenda concorrer.



4  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

COMISSÃO DE

DE

## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

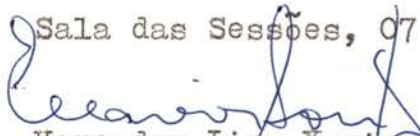
Artigo 7º - Todos os membros da comunidade escolar considerados aptos a participar do processo de votação deverão ser previamente cadastrados pela direção do estabelecimento, com antecedência mínima de trinta (30) dias do pleito.

Artigo 8º - Os candidatos inscritos para concorrerem aos cargos de diretor e vice-diretor terão o prazo mínimo de 30 (trinta) dias, para a realização de suas campanhas.

Artigo 9º - Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos e, caso isso não ocorra, será convocado um novo pleito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da realização do primeiro processo, quando concorrerão apenas os dois candidatos que obtiveram o maior número de votos.

Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua promulgação.

Artigo 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de janeiro de 1997.  
  
Vereador Lipa Xavier.



<b>CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS</b>	
A COMISSÃO DE <u>LEGISLAÇÃO</u>	
E JUSTIÇA	
EM 07 DE <u>Janeiro</u>	DE 19 <u>77</u>
PRESIDENTE	

A comissão de legislação e justiça, avaliando o presente projeto e, tendo em vista o parecer emitido pela assessoria jurídica da câmara municipal, entende que a matéria é inconstitucional e contrária, também, a nossa lei orgânica municipal, no que tange a questão da iniciativa das leis.

Montes Claros 20.01.77

A. Silveira

por R



## **Câmara Municipal de Montes Claros (MG)**

### PARECER

#### ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/97

### RELATÓRIO

De autoria do Vereador Lipa Xavier, o Projeto de Lei em tela "institui o processo de eleição direta para a diretoria das escolas públicas de ensino".

Enviada a proposição a esta Assessoria para ser apreciada quanto à constitucionalidade, passamos a emitir, data venia, o seguinte parecer:

### FUNDAMENTAÇÃO

Em sua obra "CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO", o Professor José Afonso da Silva, define o Processo Legislativo como um conjunto de atos preordenados visando a criação de normas de Direito. Esses atos são: a) iniciativa legislativa; b) emendas; c) votação; d) sanção e veto; e) promulgação e publicação.

**INICIATIVA LEGISLATIVA.** É em termos simples, a faculdade que se atribui a alguém ou a algum órgão para apresentar Projetos de Lei ao Legislativo. Em rigor, não é ato de Processo Legislativo. É conferida, concorrentemente, a mais de uma pessoa ou órgão, mas em casos expressos, é outorgada com exclusividade a um deles apenas.

Ao princípio da iniciativa concorrente a Constituição, opõe algumas exceções em relação a determinadas matérias, estatuído que é da competência exclusiva:

1) do Presidente da República a iniciativa das Leis, que disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) .....



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

- c) .....
- d) .....
- e) criação, estruturação e atribuição dos Ministérios e órgãos da administração pública.

2) A Constituição Estadual, por sua vez, atribui ao Governador do Estado, no art. 66, ítem III, iniciativa privativa nas seguintes matérias:

- a) .....
- b) a criação de cargos e funções públicas da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação de respectiva remuneração, observados os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) .....
- d) .....
- e) a criação, estruturação e extinção de Secretaria de Estado, órgão autônomo e entidade da administração indireta;

3) Já a Lei Orgânica Municipal, reproduzindo às disposições da Constituição Federal e Estadual, dispõe em seu artigo 51: -SÃO DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO PREFEITO, AS LEIS QUE DISPONHAM SOBRE:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - .....

III - CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS SECRETARIAS OU DEPARTAMENTOS EQUIVALENTES E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

IV - .....

O Professor Hely Lopes Meirelles, em sua magnífica obra "DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO", ao discorrer sobre Iniciativa da Lei diz o seguinte:

"A INICIATIVA é o impulso original da Lei, que se faz através do Projeto. Pode ser geral ou reservada. INICIATIVA GERAL é a que compete concorrentemente a qualquer Vereador, à Mesa ou Comissão da Câmara, ao Prefeito ou, ainda, à população; INICIATIVA RESERVADA ou PRIVATIVA é a que cabe exclusivamente a um titu-





## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

lar, seja o Prefeito, seja a Câmara. A iniciativa reservada ou privativa pode ainda ser discricionária ou vinculada: é DISCRICIONÁRIA quando o seu titular pode usá-la em qualquer tempo; é VINCULADA quando há um prazo para o seu exercício, como ocorre com o projeto da lei orçamentária.

A iniciativa reservada ou privativa assegura o privilégio do projeto ao seu titular, possibilita-lhe a retirada a qualquer momento antes da votação e limita qualitativa e quantitativamente o poder de emenda, para que não se desfigure nem se amplie o projeto original; só o autor pode oferecer modificações substanciais, através de mensagem aditiva. No mais, sujeita-se à tramitação regimental em situação idêntica à dos outros projetos, advertindo-se, porém, que a usurpação de iniciativa conduz à irremediável nulidade da Lei, insanável mesmo pela sanção ou promulgação de quem poderia oferecer o projeto".

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, e com base nas disposições da doutrina e do artigo 51, itens I e III da Lei Orgânica Municipal, chega-se à conclusão que no presente Projeto de Lei de autoria do Vereador Lipa Xavier, houve invasão de competência e "usurpação de iniciativa" do Prefeito Municipal, ficando caracterizada, data venia, a sua nulidade e inconstitucionalidade, salvo melhor juízo.

Se for este o entendimento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, e do Plenário, as Emendas apresentadas estarão automaticamente prejudicadas.

Sala da Assessoria Jurídica Legislativa, 14 de janeiro de 1997.

*Manoel R. Silveira*

Manoel Rodrigues da Silveira

Assessor Jurídico

*Manoel R. Silveira*  
Assessor Jurídico Legislativo  
Montes Claros - MG







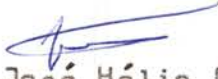
## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE  
ELEIÇÃO DIRETA PARA AS DIRETORIAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

EMENDA - que se dê ao Artigo 1º o seguinte teor:

" Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir o processo de eleição direta para os cargos de Diretor e Vice-Diretor das escolas públicas municipais de Montes Claros. "

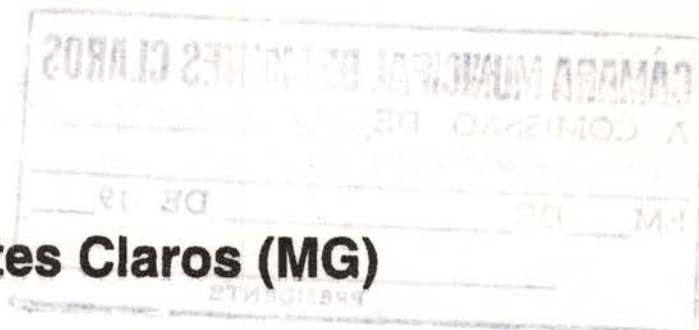
Sala das sessões da Câmara Municipal de M. Claros ,  
09 de janeiro de 1997.

  
Vereador José Hélio Guimarães

Nº DE ORDEM DE ENTRADA - 02 - *Red*

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS</b>	
<b>A COMISSÃO DE REGULAÇÃO</b>	
<b>E JUSTIÇA</b>	
EM _____	DE 19 _____
_____ <b>PRESIDENTE</b>	

h. c. d.



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O PROCESSO DE ELEIÇÃO DIRETA PARA A DIRETORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

EMENDA - que se acrescente ao Artigo 5º o seguinte parágrafo:

" Parágrafo único - A implantação definitiva do processo eletivo ora instituído deverá ocorrer no prazo máximo de 60 ( sessenta ) dias, a contar da publicação da presente Lei , com a realização da primeira eleição para a diretoria das escolas municipais. "

Sala das sessões, 09 de janeiro de 1997

Vereador João Hamilton Silveira



Nº DE ORDEM DE ENTRADA - 01 - *Red*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA

EM \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 19 \_\_\_\_

PRESIDENTE



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O PROCESSO  
DE ELEIÇÃO DIRETA PARA A DIRETORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

EMENDA - que se acrescente ao projeto, onde convier, o seguinte  
artigo :

" Artigo \_\_\_\_ - O processo de eleição direta ora insti-  
tuido por esta Lei aplica-se também para o provimen-  
to de cargos comissionados de direção e/ou coordena-  
ção de Creches, Centros de Convívio e instituições '  
de formação profissional mantidas pelo Município. "

Parágrafo único - No caso das entidades de que tra-  
ta este artigo, o processo de eleição será regula-  
mentado por Decreto do Executivo, no prazo máximo '  
de 90 ( noventa ) dias, a contar da publicação des-  
ta Lei. "

Sala das sessões, 14 de janeiro de 1997

  
Vereador Aldair Fagundes Brito

Nº DE ORDEN DE ENTRADA: 04 

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS</b>	
<b>A COMISSÃO DE <u>LEGISLAÇÃO</u></b>	
<b>E JUSTIÇA</b>	
EM _____	DE 19 _____
_____ <b>PRESIDENTE</b>	





## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O PROCESSO DE ELEIÇÃO  
DIRETA PARA A DIRETORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

EMENDA- que se dê ao Artigo 7º o seguinte teor :

" Artigo 7º - Os membros da comunidade escolar considerados aptos a participar do processo de votação ' deverão ser previamente cadastrados, com antecedência mínima de trinta (30) dias do pleito, por uma comissão a ser designada pela Secretaria Municipal de Educação,, à qual caberá ainda a responsabilidade de coordenar e acompanhar todo o processo eleitoral. "

Sala das sessões, 14 de janeiro de 1997

  
Vereador Aldair Fagundes Brito

Nº DE ORDEM DE ENTRADA: 03 *RS*

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS</b>		
<b>A COMISSÃO DE <u>LEGISLAÇÃO</u></b>		
<b>E JUSTIÇA</b>		
EM	DE	DE 19
_____ <b>PRESIDENTE</b>		



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDAS AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O PROCESSO DE ELEIÇÃO DIRETA PARA A DIRETORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

EMENDA UM - que se dê ao Artigo 1º o seguinte teor :

" Artigo 1º - Fica instituído o processo de eleição direta para o cargo de Diretor das escolas públicas municipais de Montes Claros.

Parágrafo único - O Vice-Diretor será indicado pelo Diretor eleito do respectivo estabelecimento, observados os requisitos legais previstos como condição para investidura no referido cargo. "

EMENDA DOIS - que se dê ao Artigo 3º o seguinte teor :

" Artigo 3º - O mandato dos diretores e vice-diretores será de dois (02) anos, permitida a recondução para mais um período. "

EMENDATRES - que se dê ao Artigo 4º o seguinte teor :

"Artigo 4º - Os diretores e vice-diretores serão empossados pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de um mês após a realização do processo de escolha "

EMENDA QUATRO -que se dê ao Artigo 5º o seguinte teor :

"Artigo 5º - A votação para escolha do diretor de cada estabelecimento de ensino ocorrerá sempre até o oitavo mês do ano letivo. "

EMENDACINCO - que se dê ao Artigo 8º o seguinte teor :

"Artigo 8º - Os candidatos inscritos para concorrerem ao cargo de diretor terão o prazo mínimo de 30 ( trinta ) dias, para a realização de suas campanhas. "

Sala das sessões, 15 de janeiro de 1997

Vereador José Vicente Medeiros



Nº 2 DE ORDEM DE ENTRADA - 05. *[Signature]*

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS</b>		
A COMISSÃO DE <u>LEGISLAÇÃO</u>		
E <u>JUSTIÇA</u>		
EM	DE	DE 19
_____ PRESIDENTE		



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDATRES - que se dê ao Artigo 6º o seguinte teor:

"Artigo 6º - Poderá se candidatar ao cargo de Diretor o servidor que preencher o seguinte requisito,

- Ser ocupante de cargo efetivo ou detentor de função pública estável no quadro do magistério;

EMENDA QUATRO - que se acrescente ao referido projeto, onde convier os seguintes Artigos:

Artigo\_\_\_\_ Será criada uma comissão, que coordenará e acompanhará todo o processo de eleição para Diretor, no próprio estabelecimento de ensino, observados os seguintes critérios; na sua composição:

- um representante de professores;
- um representante de especialistas;
- um representante dos demais servidores do estabelecimento;
- um representante dos pais de alunos;
- um representante dos alunos maiores de 14 anos.

Parágrafo único - Para cada membro titular da comissão será eleito um suplente.

"Artigo\_\_\_\_ Compete à comissão de que trata o artigo anterior:

- I. eleger o seu Presidente;
- II. cadastrar todos os votantes;
- III. organizar, coordenar e presidir o processo de eleição;
- IV. providenciar a listagem dos votantes;
- V. credenciar os fiscais dos candidatos;
- VI. favorecer a exposição de propostas de trabalho do candidato;
- VII. estabelecer normas para a realização da campanha, de maneira a não prejudicar o alunado;



## **Câmara Municipal de Montes Claros (MG)**

VIII. designar membros para compor a mesa receptora e mesa escrutinadora, na eleição, devendo a designação recair sobre pessoas lotadas no estabelecimento de ensino.

Sala das sessões, 16 de janeiro de 1997.

Vereador José Geraldo Cardoso





## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

EMENDAS AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O PROCESSO DE ELEIÇÃO DIRETA PARA A DIRETORIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

EMENDA UM - que se dê ao Artigo 1º o seguinte teor:

"Artigo 1º - Fica instituída o processo de eleição direta para o cargo de Diretor das Escolas Públicas Municipais de Montes Claros.

Parágrafo único - O Vice-Diretor será nomeado mediante indicação do Diretor eleito, observados os seguintes critérios, além dos requisitos já previstos em Lei:

a. que o indicado seja servidor ocupante de cargo efetivo ou de função pública estável no quadro do magistério, lotado no estabelecimento de ensino há mais de dois anos;

EMENDA DOIS - que se dê ao Artigo 2º o seguinte teor:

Artigo 2º - O processo de votação será direto e universal, sendo eleitores aptos a votar:

§ 1º - O servidor que tenha filho menor de 14 anos, matriculado no estabelecimento onde tenha exercício, terá direito a dois votos.

§ 2º - Independentemente do número de filhos matriculados no estabelecimento, o pai, a mãe ou a pessoa por eles responsável terá direito a apenas um voto.

§ 3º - O servidor afastado do seu cargo por período superior a seis meses, ou para aposentadoria, não terá direito à voto, votando o seu substituto.

§ 4º - O servidor que exercer mais de um cargo na mesma escola, terá direito a apenas um voto.

§ 5º - O servidor também matriculado como aluno na escola onde tem exercício, votará tanto pela sua situação funcional quanto pela sua condição de aluno maior de 14 anos.



## **Câmara Municipal de Montes Claros (MG)**

Sala das sessões, 16 de janeiro de 1997.

Vereador José Geraldo Cardoso



## Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

Ofício nº : 001/97  
Assunto : Encaminha Parecer  
Serviço : Assessoria Jurídica Legislativa  
Data : 14/01/97

Senhor Presidente,

Em atendimento à solicitação desta Presidência, estamos devolvendo à V. Exa., com o respectivo parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de autoria do Vereador Lipa Xavier, que "institui o processo de eleição direta para a diretoria das escolas da rede municipal de ensino".

Nesta oportunidade, aproveitamos do ensejo para renovar-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Manoel Rodrigues da Silveira

Assessor Jurídico

*Manoel R. Silveira*

Assessor Jurídico Legislativo

Montes Claros - MG

Exmo. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA





# Câmara Municipal de Montes Claros

Montes Claros, 10 de janeiro de 1997.

Ofício nº: 004/97  
Assunto : Encaminha Projeto  
Serviço : CÂMARA MUNICIPAL

Prezado Senhor,

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando para apreciação dessa assessoria, projeto de autoria do Vereador Lipa Xavier - que institue o processo de eleição direta para a diretoria das escolas da rede municipal de ensino, bem como emendas dos Vereadores Hélio Guimarães e João Hamilton Silveira.

Cordialmente,

  
VEREADOR IVAN JOSÉ LOPES  
PRESIDENTE

ILMO. SR.

DR. MANOEL RODRIGUES SILVEIRA

DD. ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL

MONTES CLAROS - MG

Cx26/23